

COMPETIÇÃO PELOS RECURSOS NATURAIS DA RDC - ENTRE MEDIAÇÃO E DIPLOMACIA (2017-2024)

Domingos José Barbante¹
Azevedo José Manuel Quessongo²
Wilson Adelino Filipe³

RESUMO: O presente artigo analisa competição pelos recursos naturais da RDC - entre mediação e diplomacia (2017-2024). A tipologia de pesquisa é de natureza descritiva exploratória, adota por uma abordagem qualitativa. A investigação revela que a UA tem enfrentado limitações institucionais, falta de recursos, desafios geopolíticos, descoordenação e sobreposição de Mandatos entre a UA e as Organizações subregionais, comprometendo sua eficácia na resolução do conflito. Fundamentado em teóricos das Relações Internacionais e da mediação de conflitos, este estudo questiona a eficácia da UA como mediadora e destaca o protagonismo de Estados que de forma unilateral tem sido mais pragmáticos na mediação do conflito. Os recursos naturais é caracterizado como o maior instrumento para propagação dos conflitos em África, principalmente no leste da RDC entre os Kivus do Sul, Norte e Boma, onde se regista uma maior parte de concentração de recursos vitais e estratégicos do mundo. Pois, tais recursos precisos levam as competições entre os grupos rebeldes e o governo da RDC no controle dos mesmos, bem como várias organizações internacionais e vários Estados no processo de mediação do conflito por via diplomática.

Palavras-chave: Conflitos. Mediação e Diplomacia. União Africana. República Democrática do Congo. Organizações Internacionais Governamentais.

ABSTRACT: This article analyzes competition for natural resources in the DRC - between mediation and diplomacy (2017-2024). The research typology is descriptive and exploratory in nature, adopting a qualitative approach. The research reveals that the AU has faced institutional limitations, lack of resources, geopolitical challenges, lack of coordination and overlapping mandates between the AU and subregional organizations, compromising its effectiveness in resolving the conflict. Based on theorists of International Relations and conflict mediation, this study questions the effectiveness of the AU as a mediator and highlights the role of states that have unilaterally been more pragmatic in mediating the conflict. Natural resources are characterized as the greatest instrument for the propagation of conflicts in Africa, especially in the east of the DRC between the South and North Kivus and Boma, where there is a greater concentration of the world's vital and strategic resources. Such resources need to be used to compete between rebel groups and the DRC government for control of the same, as well as several international organizations and several States in the process of mediating the conflict through diplomatic means.

Keywords: Conflicts. Mediation and Diplomacy. African Union. Democratic Republic of the Congo. International Governmental Organizations.

¹ Doutorando em Direito Económico e Empresarial, pela Universidade Europeia del Atlântica- Espanha e Mestre em Resolução de conflitos e Mediação, pela Universidade Europeia del Atlântica- Espanha.

² Estudante do curso de Licenciatura em Ciências Políticas e Relações internacionais, especialidade de Relações Internacionais, pelo Instituto Superior Politécnico Católico- ISPOCAB- Navegantes.

³ Mestrando em Globalização e Segurança pela Academia de Ciências Sociais e Tecnologias- ACITE, Licenciado em Relações Internacionais pelo Instituto Superior Politécnico Maravilha e investigador e articulista de opinião sobre assuntos internacionais.

PARTE I- REFLEXÕES CONCEITUAIS

1. Definição de Conflitos

A espécie humana, em comparação com outras espécies, é tradicionalmente considerada a mais sábia e racional, se não a única dotada dessas faculdades. No entanto, permanece discutível até que ponto o *Homo sapiens* tem efectivamente feito jus a essa designação (Harari, 2024), a história demonstra que a humanidade tem sido, em grande medida, autodestrutiva, tornando possível a consideração de cenários catastróficos, como a eclosão de uma terceira guerra mundial (Harari, 2024).

No contexto dos estudos sobre conflitos internacionais, especialmente aqueles motivados pela disputa por recursos naturais, é essencial, *ab initio*, esclarecer a definição do termo “conflito”. Este conceito constitui um dos pilares das Relações Internacionais, ao ponto de existir um arcabouço teórico consolidado sobre conflitos internacionais. Etimologicamente, a palavra “conflito” origina-se do latim *conflictus*, composta pelo prefixo *con* e pelo verbo *fligere*, que, juntos, denotam choque, embate ou divergência de interesses.

A emergência do conflito acompanha a própria trajetória da humanidade. Desde as primeiras organizações sociais, é possível identificar a presença de dinâmicas conflituosas nas interações entre indivíduos e comunidades vizinhas. Com efeito, os fenómenos sociais precedem sua conceituação formal, antes de serem categorizados e nomeados, são percebidos por meio de sensações e experiências humanas (Cukier, 2019). O conflito, assim, insere-se nesse paradigma, configurando-se como uma constante nas relações humanas e interestatais.

708

De acordo com Sousa (2005, p. 47), o conflito pode ser entendido como:

Rivalidade ou antagonismo entre indivíduos ou grupos dentro de uma sociedade. O conflito pode manifestar-se de duas formas: a primeira ocorre quando há um confronto de interesses entre dois ou mais indivíduos ou grupos; a segunda emerge quando há envolvimento directo em disputas. Enquanto o conflito de interesses nem sempre resulta em confronto aberto, os conflitos directos podem surgir entre grupos que, equivocadamente, percebem seus interesses como antagonísticos aos de outros grupos.

Pasquino (1998, p. 47) complementa essa definição ao afirmar que o conflito decorre da interacção entre indivíduos, grupos, organizações e colectividades, na qual há disputas⁴ pelo

⁴ Compreende-se, logo, que a natureza e comportamento constitui causa primária da existência de conflitos entre indivíduos e organizações políticas. Esta tese é muito defendida por teóricos do paradigma realista, dos clássicos aos neorrealistas, pois tal como postula Kenneth Waltz ao referir-se a primeira imagem das RI na sua obra *Man, The State and War*, outras causas são secundárias e têm que ser interpretadas à luz destes factores (Waltz, 2001, p. 16).

acesso e distribuição de recursos escassos. No presente artigo, a abordagem não se debruça sobre conflitos de ordem psicológica, mas sim sobre conflitos sociopolíticos, com ênfase na categoria dos conflitos regionais, os quais passaram a desempenhar um papel estratégico no cenário das Relações Internacionais com o culminar da guerra fria.

1.2. Dinâmicas da conflitualidade em África

O conflito é um fenómeno intrínseco às interacções sociais e políticas, como dissemos, manifestando-se em todas as regiões do globo, o que lhe confere um carácter omnipresente e de abrangência universal. No âmbito das Relações Internacionais, a análise dos conflitos frequentemente remete à concepção trinitária de Carl Von Clausewitz, que estrutura o fenómeno belicista em três dimensões interligadas: o Estado, as Forças Armadas e a População (Garcia, 2018).

Com o declínio da ordem mundial bipolar, os conflitos passaram por transformações significativas, assumindo características distintas das guerras convencionais. O advento da globalização e a emergência de novas ameaças transnacionais alteraram substancialmente a natureza da conflitualidade internacional (Bernardino, 2013). Nesse contexto, a hegemonia norte-americana no período pós-Guerra Fria impulsionou reconfigurações geopolíticas e geoestratégicas, incluindo a regionalização dos conflitos e a ascensão de actores não estatais, como forças transnacionais e grupos paramilitares, que demonstram cada vez mais uma crescente capacidade operacional e estratégica. Actualmente, o nível regional tem adquirido uma centralidade analítica significativa, uma vez que, conforme argumentam Buzan e Waever (2003, p. 43), "*the regional level is where the extremes of national and global security interplay, and where most of the actions occur.*" Nesse sentido, a polemologia tornou-se um campo de estudo ainda mais dinâmico e imprevisível, dada a multiplicidade de fontes de conflito e a complexidade das variáveis envolvidas (Ney, 2002).

As dinâmicas contemporâneas de conflito, sobretudo em regiões periféricas, combinam factores de causalidade endógena e exógena. Como resultado dessas mudanças, verifica-se:

Um declínio expressivo nas conflitos interestatais, relativamente ao aumento dos conflitos intraestatais, particularmente concentrados no chamado "Terceiro Mundo"; A intensificação da conflitualidade em África, onde as guerras são frequentemente associadas à fragilidade estatal, ao colapso das instituições governamentais e à incapacidade dos Estados de cumprir funções essenciais, como garantir a segurança e promover o desenvolvimento sustentável. A actual ênfase na segurança humana reflecte essa preocupação (Bernardino, 2013, p. 176).

Os conflitos no continente africano evidenciam que a tese bem intencionada do cientista político Francis Fukuyama acerca do "fim da história" não se concretizou. Os conflitos continuam a ser um factor de atraso para o desenvolvimento do continente e, com a ascensão de novas potências no sistema internacional (*the rise of the rest*), o panorama geopolítico tornou-se ainda mais complexo e imprevisível, porquanto assiste-se a uma nova corrida para África cujos actores são em parte outros e estrategicamente mais sólidos.

Ao discorrer sobre a conflitualidade em África, o primeiro ponto a explorar está relacionado com as especificidades geográficas e socioeconómicas das quais os países que compõem o continente dispõem. De facto, o continente africano é palco de diversos conflitos regionais, onde redes regionais se articulam com redes internacionais (Hugon, 2009), por isso vale referir que não existe uma explicação monocausal dos conflitos em África e a rejeição deste princípio leva-nos a junção de uma miríade de “factores complexos que estimulam um determinado actor estatal, infra estatal ou mesmo para estatal a agir com violência em um claro rompimento da ordem jurídica estabelecida” (Castro, 2012, p. 482).

Nesta ordem de ideias:

Actualmente, a análise geopolítica dos conflitos em África, segundo alguns autores, aponta como principal factor de instabilidade regional, a permeabilidade das fronteiras físicas entre os Estados africanos (geralmente não coincidentes com as fronteiras étnicas e culturais), e como causas de constantes disputas inter étnicas, culturais e religiosas neste continente. Outros autores relevam ainda a deficiente governação, a instabilidade política e o subdesenvolvimento da maioria dos seus Estados, numa só palavra, aponta-se como factor central a “crise de soberania do Estado africano...”. Outros especialistas apontam ainda a luta pelo acesso aos recursos naturais e minerais, principalmente o petróleo, o gás natural, os diamantes e outros «minérios estratégicos» e o controlo desses espaços e das suas rotas de exportação, como factores indutores de conflitos (Bernardino, 2008, pp. 121-122).

São essencialmente estes os principais factores que maioritariamente influenciam a eclosão de conflitos em África, contudo, doravante nosso foco estará atrelado a disputa ou competição pelos recursos naturais, porquanto este constitui o pano de fundo do presente artigo. A maioria dos conflitos armados africanos se inserem profundamente na lógica económica, uma vez que eles “resultam de comportamentos economicamente racionais por parte de agentes representativos num contexto institucionalmente deficiente, sendo verdade que os fatores principais das guerras africanas são as riquezas naturais,” (Hugon, 2009, p. 86).

De acordo com Michael Klare⁵ (2002), no século XXI os conflitos terão como base o acesso e controlo das matérias primas essenciais, minerais raros, madeiras, água, petróleo e gás natural, dado que em virtude do alto nível de desenvolvimento dos países do centro global os recursos desempenham total relevância geopolítica⁶ para a manutenção e desenvolvimento da industrialização que carece de recursos naturais em larga escala, porém nem sempre localizáveis, por essa razão, em vários países do mundo menos desenvolvidos os recursos naturais são simultaneamente motivo e “fonte de financiamento de conflitos armados, seja por atraírem grupos predadores que pretendem controlá-los seja para financiarem guerras iniciadas por outros factores regionais, deste modo indo alimentar necessidades materiais não só dos países industrializados, mas, agora, das corporações transnacionais” (Rosa, 2011, pp. 218-219).

Na verdade, o continente africano é cobiçado pelos seus recursos desde o tempo dos faraós, a abundância subjaz as suas terras tem desempenhado um papel destacado na formação do seu destino ao longo dos últimos cinco mil anos (Meredith, 2017). Os conflitos em África geralmente abarcam dinâmicas tradicionais e modernas ao mesmo tempo, ou seja, na expressão do erudito Romano Plínio do século IV a.C., “*Ex africa semper aliquid novi*”, ou seja, “Da África, sempre algo novo” (ibidem, 2017).

1.3. A Problemática dos conflitos na África Central: Caso RDC.

A África Central é uma região do continente africano que compreende vários países localizados na parte central do continente. Essa região possui uma grande diversidade étnica, cultural e geográfica. Alguns dos países que fazem parte da África Central incluem República Democrática do Congo, República do Congo, Gabão, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe. A região possui uma rica biodiversidade, vastos recursos naturais e desafios sociais e políticos significativos (Barbante, 2024). Foquemo-nos na RDC.

⁵Ver Michael T. Klare, *Resource Wars: the new landscape of global conflict*. New York: Owl Books, 2002.

⁶As discussões em torno da geopolítica dos recursos naturais assume duas perspectivas, a primeira fundamenta a existência dos conflitos desta natureza por via da necessidade, significando que a escassez de recursos naturais leva os Estados a entrar numa disputa para sua aquisição porque necessitam deles para sobreviver. A segunda perspectiva justifica que a eclosão destes conflitos dá-se por causa da ganância humana, sendo que, a abundância afigura-se como sinónimo de conflitos, pois os grupos ambiciosamente abdicam da cooperação para tomar controlo das receitas.

Com uma área total de 2.345.409 Km² e uma vasta fronteira partilhada com 9 países vizinhos, a República Democrática do Congo (RDC) é frequentemente caracterizada como um gigante adormecido no contexto africano, cujo despertar teria implicações geopolíticas significativas na região da África Central. A sua posição estratégica, associada à vasta riqueza em recursos naturais, torna-a um *heartland* regional, conferindo-lhe um potencial de projecção de poder que, se consolidado, poderia reconfigurar o equilíbrio de forças no continente. No entanto, a RDC tem sido palco de contínuos conflitos internos desde a sua independência em 1960, resultantes, em grande medida, da fragmentação identitária e da exploração externa de suas riquezas naturais.

A Conferência de Berlim (1884-1885) desempenhou um papel central na desarticulação das estruturas sociais e políticas pré-coloniais do Congo, impondo fronteiras artificiais que agruparam grupos étnicos distintos sob uma mesma jurisdição, ao mesmo tempo em que separaram comunidades historicamente homogêneas⁷ (Barbante, 2024, *apud* Thompson, 2004). Essa fragmentação consolidou um cenário de instabilidade política, intensificado pela pluralidade de movimentos nacionalistas durante a luta pela independência. O Movimento Nacional Congolês (MNC), liderado por Patrice Lumumba, emergiu como a única força política verdadeiramente nacionalista, mas sua efêmera experiência governativa foi marcada por ingerências externas e conflitos secessionistas, culminando no seu assassinato em 1961, patrocinado por potências ocidentais (Meredith, 2017). Após a ascensão de Joseph Mobutu em 1965, instaurou-se um regime autocrático que perpetuou a corrupção e a dilapidação dos recursos naturais do país em benefício de uma elite política (Valenzola, 2015). O colapso do regime de Mobutu em 1997 deu início a uma nova fase de instabilidade, caracterizada por conflitos armados, a presença de actores transnacionais e a disputa pelo controle das vastas jazidas de coltan, ouro e diamantes, elementos essenciais na dinâmica geoeconómica global.

Consequentemente:

Entre 1996 e 2003 aconteceram a Primeira e a Segunda Guerra do Congo. Nelas ficou evidente a importância que a organização dos interesses diversos em milícias desempenharia para o futuro do país. Durante esse período Joseph-Desiré Kabila, líder da principal milícia opositora à Mobutu se tornou presidente e tentou livrar o país dos interesses dos vizinhos que haviam apoiado sua chegada ao poder. Com isso, Ruanda, Uganda e Burundi passaram a apoiar outras milícias envolvidas no conflito, enquanto Zimbábue, Angola, Namíbia e Chade tomaram partido no conflito apoiando Kabila.

⁷Ver Domingos Barbante: Gestão e resolução de conflitos regionais nas relações internacionais, uma análise do estudo comparativo entre África, Europa e Ásia, 2024, editora Shalom.

Por esse envolvimento, a Segunda Guerra do Congo também foi chamada de Guerra Mundial Africana (Valenzola, 2015, p.2).

A partir de 2012, a insurgência do *Mouvement du 23 Mars* (M23) reconfigurou a dinâmica dos conflitos no leste do país, uma vez que sua ofensiva militar resultou na ocupação de áreas estratégicas como Kivu Norte e Kivu Sul, fronteiras com Ruanda e Uganda. A insurgência do M23 tem suas raízes no não cumprimento, por parte do governo congolês, do Acordo de 23 de março de 2009, que previa a integração das forças do antigo *Congrès National pour la Défense du Peuple* (CNDP) às Forças Armadas da RDC (FARDC) e a transformação do grupo em um partido político. O apoio logístico e militar de Ruanda e Uganda ao M23 reflecte a complexidade da conflitualidade na RDC, em que actores regionais exercem influência directa na perpetuação da instabilidade (Barbante, 2024).

Os anos de 2018 e 2019 marcam um ponto de inflexão na conjuntura política do país, com a chegada do líder da oposição Félix Tshisekedi à presidência por meio de uma vitória com maioria simples em eleições⁸ contestadas ocorridas ao 30 de dezembro de 2019, evidenciando as fragilidades institucionais do sistema político congolês que promovem uma cultura política baseada na desconfiança cidadã diante das instituições políticas nacionais. Apesar das expectativas de reformas, o governo de Tshisekedi não logrou resolver as tensões internas, e os conflitos persistiram, impulsionados por dinâmicas transnacionais e pela disputa pelo acesso e controle dos recursos naturais. Dessa forma, a perpetuação dos conflitos na RDC pode ser analisada sob duas grandes perspectivas das Relações Internacionais. Primeiramente, sob a óptica do realismo estrutural preconizado por Kenneth Waltz, porquanto a instabilidade do país reflecte um jogo de poder entre Estados que buscam maximizar seus interesses estratégicos e económicos, instrumentalizando grupos armados como vectores de influência. Em segundo lugar, sob a abordagem da segurança humana defendida pela escola crítica dos estudos de segurança internacional, na medida em os conflitos na RDC resultam da ineficácia das instituições governamentais em prover segurança e desenvolvimento para sua população, o que perpetua ciclos de violência e deslocamentos forçados.

Em última instância, vale sustentar que a RDC configura-se como um caso paradigmático de um Estado cujos recursos naturais, em vez de impulsionarem o desenvolvimento, tornaram-se catalisadores de conflitos prolongados, inserindo-se em uma

⁸ <https://oglobo.globo.com/mundo/resultado-da-eleicao-presidencial-no-congo-sofre-contestacao-23360480%3fversao=amp>

lógica de economia política da guerra, em que actores estatais e não estatais lucram com a instabilidade e a fragmentação do território, e recorrendo a expressão de Rui Namorado Rosa (2011), percebe-se que a República Democrática do Congo sangra pela sua riqueza, ademais, é um país pobre por ser rico.

Parte III: As Novas Teorias de Guerra nas Relações Internacionais- RDC

2. A evolução da Guerra até o Século XX

No seu conteúdo tradicional, do século XVII e XVIII, a guerra tinha características bem distintas das contemporâneas. Era, inicialmente, vista como um fenómeno associado ao crescimento do poder do Estado absolutista, a guerra era o meio encontrado para preservar as fronteiras, garantir a sobrevivência do Estado e das Dinastias. Elas não seguiam regras, sequência e acabavam mais vezes por exaustão financeira dos barões do que por batalhas (HOLSTI, 1996).

Posteriormente, no século XIX, o Estado-nação passa a ser o obtentor legítimo da força, sendo apenas ele, o responsável pela decisão e ator da guerra. Neste sentido, o Estado passa a ter papel centralizador e racional de consolidar suas fronteiras, e, portanto, de desenvolver seus próprios exércitos permanentes (KALDOR, 1999).

714

Nesse sentido, o interesse do Estado se torna a justificativa legítima para a guerra, sendo ele, e somente ele, o único ator capaz de iniciar, realizar e terminar uma guerra. Uma vez que isso acontece, as reivindicações violentas de atores não Estatais não são mais permitidas, como no século anterior com os barões e seus exércitos mercenários (KALDOR, 1999).

2.1. A actual essência dos Conflitos Bélicos: A noção de Novas Guerras

A partir das décadas de 1980 e 1990, surgiu uma nova forma de violência estruturada, principalmente na África e na Europa Oriental, que alterou a forma como os conflitos armados são realizados. "As Novas Guerras emergiram em um cenário de diminuição da autonomia estatal e, em algumas situações extremas, na desagregação total do próprio Estado. Mais especificamente, ocorreram em um contexto de desintegração do monopólio legítimo da força organizada" (KALDOR, 1999, p. 4).

2.2. Economia de Guerra

Um outro factor das Novas Guerras relacionado ao embate no leste do Congo é a dinâmica da economia de conflito. Conforme Kaldor (1999), a economia de conflito é definida por descentralização do Estado, que, devido à multiplicidade de atores, passa a depender de outros meios para a sua sustentação. A produção doméstica, que anteriormente era um meio de sobrevivência do Estado, já insuficiente devido ao prolongamento da guerra, faz com que o dinheiro público diminua drasticamente, sendo necessário um novo formato de financiamento, tanto por parte da população e grupos armados, quanto por parte do governo, que já não possui autoridade suficiente para controlar os civis.

Esse formato encontrado pelos atores das Novas Guerras, na RDC, foi a extração dos recursos naturais abundantes na região do leste do país. Este meio pode não ser considerado novo, entretanto a quantidade, a formalidade e o número de agentes que utilizam da extração dos recursos naturais, se tornou maior e mais profissional com o avanço do conflito, durante os anos 1990 e 2000 (JACKSON, 2003).

A Região das províncias dos Kivus que sofre com conflitos desde 1994, possui grande reservas de Coltan, cassiterita e Tungstênio, todos materiais utilizados na fabricação de armamento e aparelhos tecnológicos, que fizeram com que a guerra no leste do país fosse para além de suas razões tradicionais (TUNGUMUNA, 2014).

715

2.3. Capacidade Estatal

A capacidade estatal é outro fator das Novas Guerras que mudaram ao longo do século XX e que influenciam os conflitos contemporâneos e a dinâmica social como um todo. Para Kaldor, o processo de globalização foi caracterizado pelo vácuo do poder estatal. A fraqueza do Estado, identificada, pela falta de recursos do governo, dentre outros motivos alta corrupção, fragmentação social, serviços públicos precários, violação das normas do direito e insatisfação da população local, faz com que o país não consiga cumprir com as suas funções básicas de segurança e monopólio da força, perdendo a sua legitimidade (KALDOR, 1999).

A fraqueza do Estado, no contexto pós Guerra Fria, aconteceu, em países como a RDC, quando os Estados Europeus deixaram as suas colônias sem os aparatos institucionais, econômicos e políticos adequados. Com o colapso da arquitetura bipolar, que caracterizou o sistema internacional por cerca de 50 anos, o apoio concedido pelas grandes potências aos seus

respectivos aliados deixou de existir por essa razão. Como consequência, os estados-colônia se viram muito fracos e dependentes da ajuda externa (SILVA, 2011).

A República Democrática do Congo, durante seu período como colônia belga, passou por essa realidade e hoje enfrenta as repercussões de uma história repleta de exploração de recursos naturais, desigualdades raciais e frequentes confrontos armados.

Somos de opinião de que a economia da guerra é um dos elementos fundamentais que molda o conflito na RDC, o que leva a uma enorme corrida quer os atores internos como os atores externos na exploração dos recursos viáveis. Pois, é mais difícil acabar com uma guerra econômica quando os mediadores de conflitos também desejam saquear os mesmos recursos. As novas teoria de guerra nas Relações internacionais sem sombras de dúvidas sustentadas pelo atores que detem um certo poder militar e até mesmo econômico, no sentido de influenciar os mais fracos em torno dos seus interesses.

Parte III: Desafios das Organizações Internacionais Governamentais no Processo de Mediação do Conflito no Leste da RDC: O Caso da União Africana (2017-2024)

3. Conflitos e Recursos Naturais na RDC

A corrente realista advoga que a luta pelo controle de recursos naturais frequentemente resulta em conflitos, devido à combinação de interesses geopolíticos e fragilidades domésticas. (Rose, 1998). Para Martins (2019, p.16), os Estados ricos em recursos naturais enfrentam, tanto oportunidades, como desafios. Quando são bem utilizados, podem gerar riqueza efetiva e prosperidade, mas quando são mal geridos, pode fracassar a resposta efetiva à necessidade do bem-estar público, causando instabilidade econômica e conflito social. Este desafios é comumente chamado de “maldição dos recursos”, ou ainda de Doença holandesa”. (Martins, 2019). A RDC exemplifica essa dinâmica, pois a falta de controle estatal sobre seu território facilita a atuação de grupos rebeldes e milícias, muitas vezes financiados pelo comércio ilegal de minerais. Essa fragilidade institucional dificulta a gestão sobre os recursos e cria um ambiente propício para ingerências externas.

A competição por recursos naturais tem sido historicamente um dos principais fatores de instabilidade na República Democrática do Congo (RDC). O país possui vastas reservas de minerais estratégicos, como cobalto, ouro, diamantes e coltan, essenciais para a economia global. No entanto, essa riqueza natural, em vez de impulsionar o desenvolvimento sustentável, tem

alimentado ciclos contínuos de violência, envolvendo grupos armados, corporações multinacionais e Estados vizinhos.

O conceito de Interdependência complexa, sugere que, em um mundo globalizado, as relações entre os Estados não são determinadas apenas pelo poder militar, mas também por fatores econômicos, institucionais e diplomáticos. (Nye Jr. & Keohane, 1977). No caso da RDC, essa abordagem é fundamental para entender como a exploração de minerais estratégicos cria redes de dependência entre países, corporações e grupos armados, tornando a resolução dos conflitos ainda mais desafiadora. A interdependência dos mercados de tecnologia, que dependem do cobalto e do coltan da RDC, exemplifica essa dinâmica, pois países desenvolvidos, empresas multinacionais e Governos regionais possuem interesses directos na estabilidade ou instabilidade da exploração desses recursos.

Além disso, a Teoria dos Conflitos Regionais, desenvolvida por Barry Buzan e aprofundada na Escola de Copenhague, sugere que disputas locais frequentemente ultrapassam fronteiras nacionais, envolvendo Estados vizinhos e organizações internacionais (Buzan & Wæver, 2003). A RDC se encontra no centro de uma região altamente instável, onde países como Ruanda, Uganda e Burundi têm desempenhado papéis ambíguos, ora participando de iniciativas de pacificação, ora sendo acusados de apoiar grupos armados que exploram ilegalmente os recursos naturais congolezes. Esse fenômeno caracteriza um complexo regional de segurança, no qual os conflitos internos da RDC são amplificados por rivalidades regionais e interesses externos.

717

Mais recentemente, o conflito com o M23, grupo rebelde apoiado por Ruanda, reafirma o papel de actores externos na desestabilização da RDC. O grupo retirou-se das negociações de paz após a imposição de sanções da União Europeia aos seus líderes, evidenciando como os interesses internacionais também influenciam a perpetuação da violência (Reuters, 2025).

Por outro lado, o institucionalismo liberal, representado por (Keohane, 1984), enfatiza que a cooperação internacional e o fortalecimento de instituições multilaterais podem mitigar conflitos. No entanto, apesar dos esforços de organizações como a União Africana (UA), a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) e a Comunidade da África Oriental (EAC), a mediação dos conflitos na RDC enfrenta desafios significativos, incluindo falta de consenso entre os Estados-membros, interesses econômicos conflitantes e limitações operacionais.

3.1.Desafios da União Africana na mediação do conflito na RDC

O Capítulo VII da ONU dedicado à Resolução Pacífica de disputas, isto no artigo 33º, define que as partes envolvidas numa disputa que possa vir a constituir uma ameaça a paz e a Segurança Internacionais, procurarão antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, via judicial, ou qualquer outro meio pacífico à sua escolha. (Martins, 2019, p.60).

Para Wamai (2018, p.120), citado por Martins (2019, p.63), mediação é um processo de gestão de conflitos relacionado, mas distinto, das próprias negociações entre as partes em conflito, que procuram assistência ou aceitam uma oferta de ajuda de um terceiro (que pode ser um indivíduo, uma Organização, um grupo ou um Estado), para mudar suas percepções ou comportamento, e fazê-lo sem recorrer à força física ou invocar a autoridade da lei. Actualmente, existe uma percepção de que a mediação é uma alternativa de baixo custo em relação à intervenção militar em grande escala, daí que a maioria das Organizações Internacionais recorrem a este instrumento diplomático na gestão de conflitos complexos. (Martins, 2019).

Do ponto de vista institucionalista, as Organizações Internacionais só são eficazes quando possuem mecanismos de *compliance* e *enforcement*. (Keohane, 1984). Ademais, a Teoria do Regionalismo de (Acharya, 2014), sugere que Organizações regionais como a UA podem ter vantagens na mediação por sua proximidade e conhecimento do contexto, mas também enfrentam dificuldades relativas à descoordenação entre as Organizações Subregionais, sobreposição de Mandatos e Conflitos de competência.

Não obstante a existência de desafios de índole financeira, a presença de múltiplos mediadores no caso da RDC, como a UA e organizações sub-regionais, Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) e a Comunidade da África Oriental (EAC), que têm em teoria, o objectivo comum de promover a paz na região, cria descoordenação, sobre posições de Mandatos e rivalidades, pelo protagonismo na mediação, reduzindo a coerência dos esforços de mediação (Karbo & Virk, 2018).

Por exemplo, a CIRGL, liderada por Angola, priorizou negociações Diplomáticas com o M23, promovendo conversações directas entre o Governo congolês, representantes do M23 e o Ruanda, que é visto como parte do conflito. (ICG, 2014). A SADC, com forte influência da África do Sul e Tanzânia, optou por uma abordagem mais militar, levando à criação da Brigada de Intervenção da ONU (FIB), composta por tropas da África do Sul, Tanzânia e Malawi, que

atuaram sob o Mandato da Missão da ONU na RDC.(Williams, 2018). Essa descoordenação gerou tensões Diplomáticas entre os Estados-membros da SADC e da CIRGL, pois enquanto a CIRGL tentava avançar com negociações, a SADC defendia uma intervenção militar directa, resultando em falta de unidade na resposta regional ao conflito (Tull, 2021).

Nesta teia, em 2023, a União Africana tentou criar um novo mecanismo de coordenação entre a EAC e a SADC, mas os Estados-Membros demonstraram pouco interesse em unificar os esforços sob um comando centralizado (Nathan, 2020). A falta de uma estrutura formalizada para coordenação entre as organizações regionais e a UA tem resultado em esforços dispersos, competição por protagonismo e falhas na implementação de acordos de paz.

Neste Ínterim, alguns Estados de modo unilateral, têm manifestado mais pragmatismo na abordagem sobre a problemática da RDC, ou seja, este cenário de descoordenação institucional tem gerado o crescente papel dos Estados na mediação do conflito no leste da RDC. Entre os principais mediadores, destacam-se Angola e Qatar, que, por meio de esforços diplomáticos bilaterais, têm tentado influenciar o curso do conflito de forma mais eficaz do que as iniciativas multilaterais fragmentadas.

Angola emergiu como um mediador central no conflito da RDC, aproveitando sua influência regional e sua experiência histórica em negociações de paz na África Central. Em 2022, o Presidente angolano João Lourenço foi nomeado mediador da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da União Africana (UA) para tratar do conflito entre a RDC e Ruanda, devido ao apoio ruandês ao Movimento 23 de Março M23. (Africa Confidential, 2023).

Sob sua liderança, Angola organizou a Cimeira de Luanda, que levou a um cessar-fogo temporário entre o M23 e o Governo congolês. Esse acordo foi visto como mais pragmático e directo do que os esforços diplomáticos anteriores da EAC e da CIRGL, que haviam fracassado devido a divisões internas (Almeida, 2023). Em 2024, Angola enviou forças militares para monitorar o cessar-fogo no Leste da RDC, destacando-se como um dos poucos países africanos a tomar medidas concretas para garantir a estabilidade (Al Jazeera, 2024). A estratégia de Angola reflecte o conceito de Diplomacia militar pragmática, onde um Estado assume uma posição de liderança e complementa ou substitui a mediação multilateral, muitas vezes com maior flexibilidade e capacidade de acção.

Por outro lado, Qatar adjectivado de actor inesperado na mediação do conflito no leste da RDC, que vem utilizando sua diplomacia econômica e sua tradição de mediação em conflitos globais para se posicionar como um facilitador das negociações na RDC. Em 2023, Qatar organizou reuniões entre representantes da RDC e grupos armados na tentativa de facilitar acordos de paz e viabilizar investimentos em infraestrutura e exploração legal de recursos (Reuters, 2023).

Diferente das organizações regionais africanas, que frequentemente enfrentam rivalidades políticas internas, Qatar conseguiu atuar como um mediador neutro, oferecendo incentivos financeiros e diplomáticos para estabilizar o país. O interesse do Qatar na RDC também está ligado a sua estratégia de expansão econômica na África, especialmente no sector de mineração e energia (International Crisis Group, 2024).

A atuação do Qatar reflecte um novo modelo de diplomacia de mediação, baseado no uso da Diplomacia Económica e da mediação silenciosa, ou seja, poder econômico e influência indireta para moldar o contexto político da RDC. Esse modelo difere da abordagem coercitiva da SADC ou das tentativas frustradas da EAC, demonstrando como Estados unilateralmente podem oferecer alternativas mais eficazes para os impasses institucionais das organizações regionais. Entretanto, a influência de actores externos da UA, como é o caso do Qatar, colocam em causa o slogan “soluções africanas para os problemas africanos”, defendido pela União Africana.

CONCLUSÃO

O conflito como um fenómeno social não pode somente ser encardo como um aspecto negativo que gera insegurança nacional como é o caso da RDC que é notória tais situações conflitante. Desde os anos 50 e 60 os números de conflitos regionais vem aumentando principalmente em África no médio oriente. As novas guerras nas relações internacionais que emergem nos anos 70 trazem características próprias que fomentam os conflitos, deixando-os ainda mais distante ao processo de resolução por via pacífica. Logo, as novas teorias e guerras são sustentada pelas economias de guerra que os Estados como a RDC possuem com muita abundancia, o que mete uma certa durabilidade de conflitos no leste concretamente nos Kivus do sul/ Norte, que de certa forma os grupo insurretos e beligerantes são financiados pelos aparatos militares de atores externos. Tais situações de enormes conflitos na RDC, poem em

alta preocupação até certo ponto alguns Estados e organizações no processo de mediação por via do diálogo, na busca de melhor soluções para as ambas partes em conflito.

À guisa de conclusão, a União Africana enfrenta desafios estruturais e políticos significativos na mediação do conflito no leste da RDC. A falta de autonomia financeira, as pressões geopolíticas e a ausência de mecanismos de *enforcement* reduzem sua eficácia como mediadora. O complexo regional de segurança pelo qual a RDC e os Estados vizinhos vivem, continua a condicionar o êxito dos esforços colectivos para a erradicação dos conflitos cíclicos na região. A interdependência complexa, a busca constante de um espaço vital por parte do Ruanda através do Leste da RDC, confirmam que aspirações geopolíticas têm um papel desestabilizador na situação congoleza democrática, inviabilizando esforços os esforços multilaterais promovidos quer pela União Africana, bem pelas Organizações subregionais.

Neste sentido, a actuação de Angola e Qatar no conflito da RDC, ilustra a crescente tendência das Organizações Internacionais intergovernamentais em delegar Estados para que unilateralmente assumam papéis de mediadores directos em função da decadência das várias contrariedades existente entre as OI, especialmente quando elas falham devido a sobreposição de mandatos, interesses conflitantes e falta de capacidade operacional. Esse fenômeno pode ser interpretado sob a óptica da diplomacia pragmática e do realismo político, onde Estados com interesses estratégicos utilizam sua influência para moldar soluções de paz mais eficazes do que as burocracias multilaterais.

721

Se a UA não superar essas barreiras, sua credibilidade e eficácia na mediação de conflitos continuarão comprometidas, perpetuando a instabilidade não só no leste da RDC, mas também nos países que vivem cenário de instabilidade semelhantes, obrigando os Estados-Membros a exigir a breve termo, reformas estruturais profundas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARYA, A. (2014). *The End of American World Order*. Polity Press.

Africa Confidential. (2023). *Angola's Peace Talks: A New Model for Regional Diplomacy?*.

AL JAZEERA. (2024). *SADC Deploys Troops to the Democratic Republic of the Congo as EAC Mission Ends*. Disponível em: www.aljazeera.com

ALMEIDA, J. (2023). *Angola's Mediation in the Great Lakes Region: Diplomacy or Strategic Interest?*. *African Affairs*, 122(489), 85-102.

BARBANTE, D. J. (2024). *Gestão e resolução de conflitos regionais nas relações internacionais, uma análise do estudo comparativo entre África, Europa e Ásia*. Benguela: Shalom.

BERNARDINO, L. (2008). Uma perspectiva da nova conflitualidade africana. *Nação e Defesa*, 107-140.

BERNARDINO, L. (2013). A Gestão de conflitos e a conflitualidade em África. Uma problemática atemporal. *Revista Sol Nascente*, 163-198.

BUZAN, B., & Wæver, O. (2003). *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge University Press.

Disponível em: <<http://www.stabilityjournal.org/articles/10.5334/sta.at/>>. Acesso em:

GARCIA, F. (2018). *A Nova Conflitualidade e as Forças Transnacionais em Transformação*.

HARARI, N. Y. (2024). *Nexus*. São Paulo: Schwarcz s.a.

HUGON, P. (2009). *Geopolítica de África* (1 ed.). Rio de Janeiro: FGV Editora.

International Crisis Group (ICG). (2014). *Congo: Ending the Status Quo*. Africa Report No. 205.

International Crisis Group. (2024). *Qatar's Expanding Role in Africa's Conflict Resolution*.

KALDOR, Mary. In Defence of New Wars. *Stability*. Londres, p. 1-16. 7 mar. 2013.

KALDOR, Mary. *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era*. 3. ed.

KARBO, T., & Virk, K. (2018). *The Palgrave Handbook of Peacebuilding in Africa*. Palgrave Macmillan.

KEOHANE, R. (1984). *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton University Press.

MARTINS, D. A. J.(2019), O papel das Organizações Internacionais em torno dos Recursos naturais na África Subsaariana. AFA.Síntra.

MUNANGA, Kabengele. *A República Democrática do Congo - RDC*. 2014. Disponível em: <<http://beta.casadasafricas.org.br/img/upload/327492.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

Nathan, L. (2020). *The Decline of the African Union Peace and Security Council: The Politics of Paralysis*. *African Affairs*, 119(477), 121-147.

Nye, J. S. (2002). *Compreender os conflitos internacionais- Uma trajetória à história*. Lisboa: Gradiva.

NYE, J. S., & Keohane, R. (1977). *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Little, Brown & Company.

Reuters. (2023). *Qatar Facilitates Peace Talks Between the DRC and Armed Groups*. Disponível em: www.reuters.com

REUTERS. (2025). *Congo M23 Rebels Will No Longer Join Peace Talks in Angola After EU Sanctions*. Disponível em: www.reuters.com

ROSE, G. (1998). *Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy*. *World Politics*, 51(1), 144-172.

STANFORD: Cambridge Polity Press, 1999. 268 p.116-129.

THOMPSON, A. (2004). *Politics in Africa: An introduction* (2 ed.). London: Routledge.

Tull, D. (2021). *The Limits of Regional Peace Interventions: The African Union and the Crisis in the Great Lakes Region*. *International Affairs*, 97(6), 1765-1783. 723

VALENZOLA, R. H. (2015). *Congo: Desordem, Interesses e Conflito*. (S. Aguilar, Ed.) *Observatório de conflitos internacionais da UNESP*, 7. Fonte: www.marilia.unesp.br/#oc

WALTZ, K. (2001). *Man, The State and War*. New York: Columbia University Press.

WILLIAMS, P. D. (2017). *War and Conflict in Africa*. Polity Press.

WILLIAMS, P. D. (2018). *Fighting for Peace in Somalia: A History and Analysis of the African Union Mission (AMISOM), 2007-2017*. Oxford University Press.

YIN, R. K. (2018). *Case Study Research and Applications: Design and Methods*. SAGE Publications.

ZARTMAN, I. W. (2008). *Negotiation and Conflict Management: Essays on Theory and Practice*. Routledge.